

# OTP SPV Participações S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253SJ-048-PB-RM1



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	13

# OTP SPV Participações S.A.

## Relatório da Administração

---

A Administração da OTP SPV Participações S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

### Mensagem da Administração

O resultado apurado pela Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no montante negativo de R\$ 4,8 milhões, decorreu exclusivamente do reflexo da equivalência patrimonial relativa à participação societária de 11,33% na Rio Trens Participações S.A – em recuperação judicial (“RTP”), controladora integral da Supervia - Concessionária de Transporte Ferroviário S/A – em recuperação judicial (“Supervia”).

Em 07 de junho de 2021, a RTP e as empresas controladas, incluindo a Supervia, ajuizaram, em conjunto, pedido de Recuperação Judicial, o qual foi homologado em 09 de junho de 2022. Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os créditos passaram a ser pagos na forma e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial (“Plano”). No entanto, com o agravamento sua situação, a Supervia, informou a sua iminente insolvência ao Juízo da 6ª Vara Empresarial, caso o Estado do Rio de Janeiro não realizasse os pagamentos emergenciais decorrentes do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Como consequência, o cumprimento das obrigações vinculadas ao Plano de Recuperação Judicial foi suspenso, nos termos descritos na Nota Explicativa nº 1 das demonstrações contábeis.

Em função de acordo celebrado com o Estado do Rio de Janeiro em 26 de novembro de 2024, que viabiliza a manutenção do serviço público de transporte ferroviário de passageiros e termina e/ou previne litígios entre as partes, a Supervia se encontra atualmente em um período de transição do serviço de trem para um novo operador, a ser concluído até o início do segundo semestre de 2025.

Nesse cenário, em decorrência da apuração de prejuízos, a RTP passou a apresentar situação de passivo a descoberto. Por esse motivo, em linha com as normas contábeis, a Companhia suspendeu a adoção o cálculo da equivalência patrimonial e passou a apresentar o investimento pelo valor zero, uma vez que não tem a expectativa de incorrer em perdas adicionais com o investimento.

\* \* \*

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas e Administradores da  
**OTP SPV Participações S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da OTP SPV Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OTP SPV Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica: **(i)** A Companhia apurou prejuízo no montante de R\$ 4.765 mil (2023 - R\$ 66.171 mil), decorrente do reflexo de equivalência patrimonial relativa à participação societária de 11,33% em sua investida Rio Trens Participações S.A. (“RTP”) - em recuperação judicial; **(ii)** a investida RTP juntamente com suas controladas, apresentam passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 1.838.780 mil (2023 - R\$ 1.422.883 mil). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa conclusão não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

## Outros assuntos

### Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações em 22 de abril de 2024.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Castro Hansted

Contador CRC 1SP-337.546/O-1

# OTP SPV Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	2024	2023
<b>Ativo não circulante</b>			
Investimento	4	-	4.765
<b>Total ativo não circulante</b>		-	<b>4.765</b>
<b>Total do ativo</b>		-	<b>4.765</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OTP SPV Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2024	2023
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	5	120.166	120.166
Reserva de capital	-	48.985	48.985
Prejuízos acumulados	-	(169.151)	(164.386)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>-</b>	<b>4.765</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>-</b>	<b>4.765</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OTP SPV Participações S.A.

Demonstrações do resultado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

[Valores expressos em milhares de reais]

	Notas	2024	2023
<b>Operações continuadas</b>			
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Resultado de participação societária</b>	<b>4</b>	<b>(4.765)</b>	<b>(66.171)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(4.765)</b>	<b>(66.171)</b>
<b>Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$)</b>	<b>6</b>	<b>(0,04)</b>	<b>(0,55)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OTP SPV Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(4.765)	(66.171)
Resultado abrangente do exercício	(4.765)	(66.171)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OTP SPV Participações S.A.

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>120.166</b>	<b>48.985</b>	<b>(98.215)</b>	<b>70.936</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(66.171)	(66.171)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>120.166</b>	<b>48.985</b>	<b>(164.386)</b>	<b>4.765</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(4.765)	(4.765)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>120.166</b>	<b>48.985</b>	<b>(169.151)</b>	<b>-</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# OTP SPV Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(4.765)</b>	<b>(66.171)</b>
<b>Ajustes</b>		
<b>Resultado da equivalência patrimonial</b>	<b>4.765</b>	<b>66.171</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Informações gerais

A OTP SPV Participações S.A. (“OTP SPV” ou “Companhia”) foi constituída em 14 de junho de 2018, mediante integralização de capital social no valor de R\$ 100,00, sendo suas ações adquiridas pela OTP S.A. em 1º de abril de 2019. Em 10 de abril de 2019, foram procedidas as alterações da denominação social da Companhia e do objeto social que passou a considerar a participação em outras sociedades prestadoras de serviços de transporte ferroviário de passageiros e afins.

A Companhia passou a integrar o Grupo Econômico da OTP, com o objetivo principal de participar de um processo de reestruturação societária, previsto como condição precedente à alienação do controle indireto detido pela OTP na Supervia - Concessionária de Transporte Ferroviário S/A – em recuperação judicial (“Supervia”). Após a reestruturação, a Companhia passou a deter participação societária direta de 11,33% no Rio Trens Participações S.A. – em recuperação judicial (“RTP”), controladora integral da Supervia.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela OTP e de forma indireta pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

### Informações sobre a investida

A Supervia foi constituída em 2 de setembro de 1998, sendo a detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores (“Contrato de Concessão”), no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo inicial de 25 anos, renovável por igual período. O prazo da concessão foi prorrogado até 31 de outubro de 2048, pelo Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

As operações da Supervia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 270 quilômetros de vias permanentes.

### Recuperação judicial

Em 07 de junho de 2021, a RTP, juntamente com as suas controladas, Supervia, SC Empreendimentos e Participações S.A. – Em recuperação judicial, Hotel Central S.A – Em recuperação judicial e Teleféricos do Rio de Janeiro S.A – Em recuperação judicial (“Grupo Supervia”) ajuizaram, em conjunto, pedido de Recuperação Judicial. O pedido teve como principais objetivos: **(i)** a adoção de medidas necessárias à reestruturação do passivo das empresas, por meio de estruturas de readequação global de endividamento; **(ii)** a preservação de empregos, diretos e indiretos, e dos direitos dos credores do Grupo Supervia, sempre com o objetivo de permitir o soerguimento e a superação de sua atual crise econômico-financeira, bem como levando-se em consideração a sua estruturação de capital após a reestruturação; e **(iii)** a continuidade da prestação dos serviços para os quais as empresas foram contratadas, especialmente os serviços públicos essenciais, no caso da Supervia, o Contrato de Concessão, considerando o redimensionamento das atividades após a reestruturação.

Após regular trâmite do procedimento, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas e negociado com os credores foi aprovado em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 31 de maio de 2022 e homologado em 09 de junho de 2022. Ainda, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os créditos passaram a ser pagos na forma e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, conforme opção escolhida por cada credor, mediante notificação formal.

### Situação financeira atual

A situação econômico-financeira do Grupo Supervia se agravou, de modo que a RTP passou a apresentar situação de passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2024, uma vez que os seus passivos passaram a superar o valor dos seus ativos, no montante de R\$ 394.403. Além disso, o Grupo Supervia continua apresentando capital circulante negativo, no montante de R\$ 1.838.780 (2023 - R\$ 1.422.883).

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Nesse cenário, em 13 de maio de 2024, a Supervia informou a sua iminente insolvência ao Juízo da 6ª Vara Empresarial caso o Estado do Rio de Janeiro não realizasse os pagamentos emergenciais decorrentes do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Em decisão publicada no Diário Oficial em 16 de maio de 2024, o Juízo determinou, dentre outras providências: **(i)** a suspensão por um período inicial de 30 (trinta) dias dos prazos relativos à Recuperação Judicial e do cumprimento das obrigações vinculadas ao Plano de Recuperação Judicial e **(ii)** a apresentação de informações e esclarecimentos pela Companhia e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. O prazo de suspensão vem sendo prorrogado, sendo a última prorrogação descrita a seguir.

Em 17 de dezembro de 2024, o Grupo Supervia homologou um aditivo ao plano de recuperação judicial, o qual prevê um aporte financeiro de R\$ 150 milhões, a ser realizado pelo acionista controlador, destinado exclusivamente ao pagamento dos credores, sujeito a determinadas condições. O aditivo veda a compensação de créditos concursais com créditos detidos pelas recuperandas. Com isso, em 28 de janeiro de 2025, o Grupo Supervia protocolou uma petição requerendo que as obrigações do Plano anteriormente aprovado permaneçam suspensas, ao menos, até a aprovação do Aditivo em assembleia geral de credores, a qual foi acatada pelo juízo da 6ª vara empresarial, em 30 de janeiro de 2025.

### **Descontinuidade do contrato**

Diante do cenário econômico-financeiro e do agravamento da situação financeira da Supervia, em 13 de maio de 2024, a Supervia ajuizou uma petição perante o Juízo Recuperacional detalhando as dificuldades vivenciadas pela concessionária e solicitando a intimação do Governo do Estado do Rio de Janeiro para que se manifestasse trazendo soluções para tais problemas, sob pena de convalidação da recuperação judicial da Supervia em falência.

Em continuidade a esse processo, em 26 de novembro de 2024, a Supervia assinou junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, um acordo de transição do serviço de trens para novo operador ou para o próprio poder concedente. Atualmente, a Supervia encontra-se em um período de transição, ao fim do qual deverá ocorrer a automática e imediata extinção do contrato de concessão, seja por força da decretação de falência da Supervia e/ou de sua resilição bilateral (distrato). A transição deverá vigorar pelo prazo de 180 dias, com possibilidade de prorrogação, por uma única vez, por mais 90 dias.

## **2. Resumo das principais políticas materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2025.

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **2.2. Informações financeiras individuais**

A participação societária na empresa coligada RTP vinha sendo mensurada pelo método de equivalência patrimonial, o qual foi suspenso uma vez que a investida passou a apresentar situação de passivo a descoberto. A mudança no método de mensuração está em linha com as orientações previstas no CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida, o que não se aplica.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

### **2.4. Adoção inicial de novas normas e alterações**

#### **Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), as quais não impactaram as demonstrações contábeis, a saber.

- Alterações ao IFRS 16/ CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)
- Alterações ao IAS 1/ CPC26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante
- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/ CPC 40 (R1)

#### **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R3).
- Alterações à IAS 21/ CPC 02 (R2).
- Alterações à IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros.
- Emendas à IFRS 9/ CPC 48 e à IFRS 7/ CPC 40 (R1) - Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.
- Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS — Volume 11, emitido pelo IASB, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações contábeis.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

Não se espera que as alterações, quando aplicáveis, tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

### 3. Investimentos

#### a) Informações sobre a Investida

	Quantidade de ações subscritas / integralizadas		Participação no capital (%)		Patrimônio líquido	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Rio Trens Participações S.A.	25.609.545	25.609.545	11,33%	11,33%	42.060	626.042

#### b) Movimentação dos Investimentos

Investimento	Saldo no início do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
Rio Trens participações S.A.	4.765	(4.765)	-
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.765</b>	<b>(4.765)</b>	<b>-</b>
<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>70.936</b>	<b>(66.171)</b>	<b>4.765</b>

Com indicado na Nota Explicativa nº 1, a RTP passou a apresentar patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto). A partir de então, a OTP SPV suspendeu a apuração da equivalência patrimonial, de acordo com o CPC 18 (R3) que determina que, quando a participação do investidor nos prejuízos da coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deverá descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas adicionais.

### 4. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 120.166, composto por 120.165.940 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela OTP.

#### b) Destinação do resultado do exercício

Conforme previsto nas Lei das Sociedades por Ações, os prejuízos apurados no exercício foram incorporados à conta de Prejuízos acumulados, uma vez que não há saldos de lucros ou reservas a serem compensados.

### 5. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2024	2023
<b>Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>(4.765)</b>	<b>(66.171)</b>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	120.166	120.166
<b>Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$)</b>	<b>(0,04)</b>	<b>(0,55)</b>

\* \* \*